



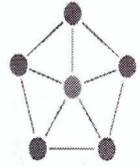
Ata de Reunião

Reunião	COMITÊ GESTOR REGIONAL ORÇAMENTÁRIO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO
Data	13/12/16
Hora	14:00 horas
Solicitante	Comitê Gestor
Presentes:	<ul style="list-style-type: none">- Corregedora das Comarcas do Interior, Des^a Cynthia Maria Pina resende;- Assessora Especial da Presidência para Assuntos Institucionais, Dr^a Marielza Brandão Franco;- Diretor Geral - Cícero Washington Pereira de Moura- Secretário de Planejamento - Igor Caires- Juiz de Direito indicado pelo TJBA - Dr. Benício Mascarenhas Neto- Juiz de Direito indicado pela AMAB - Dr. Moacir Reis Fernandes Filho.- Servidor eleito pelos servidores do TJBA (Suplente) Tiago Pascoal dos Santos- Representante do SINPOJUD - Antônio Moisés Dantas Sobrinho- Representante do SINTAJ - Antônio Jair Batista Santos Filho

Pauta
<ol style="list-style-type: none">1. Orçamento destinado às Áreas de Engenharia (DEA), recursos humanos (DRH) e de informática (SETIM), relativo ao exercício financeiro de 2017.2. Discussão do Plano de Ação do Comitê Gestor.3. Discussão da Resolução 219 e alterações promovidas pela Resolução 243 do CNJ.
Assuntos Tratados
<ol style="list-style-type: none">1. Diante da informação levada ao Comitê de que a Administração do Tribunal de Justiça houvera contratado uma empresa de consultoria para auxiliá-la na construção do Plano de Ação para implantação da Resolução 219 do CNJ, matéria que se encontra incluída na pauta da presente reunião, decidiu-se no sentido de que o Consultor fosse ouvido pelos integrantes do Comitê.2. Erick fez uma explanação acerca da Resolução 219 do CNJ, que dispõe sobre a



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**



Priorização do 1º Grau da Justiça

distribuição e movimentação de servidores, de cargos de comissão e de funções de confiança nos órgãos de primeira e segunda instâncias para garantir a eficiência operacional do Primeiro Grau.

3. Destacou o Consultor a necessidade de que o Tribunal apresente seu Plano de Ação, inclusive diante da exiguidade do tempo, na medida em que esse plano deverá ser apresentado ao CNJ até o mês de janeiro de 2017.

4. Esclareceu que o Plano de Ação envolve as tarefas que o tribunal tem que fazer, algumas de ordem técnica, inclusive com a possibilidade de mudança na legislação que afeta o tribunal.

5. Esse plano deverá estar concluído até julho de 2017 e será acompanhado pelo CNJ, que abrirá um processo administrativo para verificar se o tribunal cumpriu os compromissos assumidos. A primeira etapa consistirá na indicação do que o tribunal vai fazer e, a segunda, o cumprimento do compromisso assumido.

6. No prazo de uma semana, Erick assumiu o compromisso de já trazer a minuta desse plano de ação com as sugestões que a Presidente pode adotar para aplicar a resolução.

7. Acrescentou que a redistribuição de servidores poderá envolver também o número de estagiários que hoje estão lotados nas unidades.

8. Informou que a resolução indicará um método através do qual a redistribuição do quadro de pessoal poderá ocorrer.

9. Será adotado um padrão (método) para que os servidores possam ser distribuídos.

10. Além do método de distribuição de servidores constante da Resolução, Erick destacou a necessidade de envolver todos os Desembargadores na tomada de decisões de cunho político, inclusive por conta de se rever valores gastos com cargos, comissões e funções de confiança.

11. Detalhou o método a ser aplicado, ressaltando que a Resolução diz qual o percentual que tem que ser remanejado entre o primeiro grau, segundo grau e área administrativa, mas a Administração do Tribunal é que tem que encontrar o meio de como isso deve ser feito, dentro da realidade de cada tribunal.

12. Ressaltou a importância de alguns setores no acompanhamento da Resolução: RH e Secretaria de Planejamento.

13. Criticou o fato de o controle de pessoal do nosso tribunal estar sendo realizado, atualmente, em três setores distintos: COJE, RH e Corregedoria. Entende que esse controle deve ficar restrito ao RH.

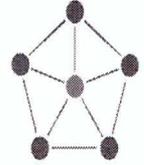
14. Foi possibilitado que os Integrantes do Comitê apresentassem questionamentos e tirassem suas dúvidas.

15. Informou que na próxima sexta-feira, dia 16 de dezembro do corrente ano, apresentará para os Desembargadores o projeto de aplicação da Resolução.

16. A Des^a Cynthia sugeriu que o Plano de Ação fosse apreciado pelo Comitê Gestor antes de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



Priorização do 1º Grau da Justiça

ser encaminhado ao CNJ.

17. Tiago sugeriu que o Plano de Ação fosse encaminhado, através de e-mail, para conhecimento e sugestões dos integrantes do Comitê, o que foi acolhido à unanimidade por todos os integrantes.

Encaminhamentos / Pendências

Encaminhar a minuta do Plano de Ação aprovado pela Administração do TJBA, através de e-mail, para conhecimento e sugestões dos integrantes do Comitê.

Data da próxima Reunião Será informada oportunamente